



Imagens retiradas do livro João Ninguém, Soldado da Grande Guerra, Impressesões do C.E.P 1917/1918, Cap Menezes Ferreira: retirado de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/ImpressesoesCEP/ImpressesoesCEP_master/ImpressesoesCEP.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2013

19 de novembro de 2013/ 15:00 horas

Portugal e a Grande Guerra

Cel Cesar Augusto Araripe de Almeida Lacerda

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil/ Academia de História Militar Terrestre do Brasil/ Conselho Editorial da Revista do Clube Militar/Conselho Deliberativo da Casa da FEB

Local: Auditório do IGHMB, na "Casa Histórica de Deodoro"/Praça da República, 197 – Centro

Na próxima terça-feira, dia 19 de novembro, o Cel Cesar Augusto Araripe de Almeida Lacerda especialista em História Militar (UNISUL), apresentará a palestra "Portugal e a Grande Guerra". Nessa oportunidade será abordado um tema pouco conhecido entre os historiadores brasileiros, qual seja a participação efetiva de Portugal na 1ª Guerra Mundial, de 1914 a 1918, empregando mais de 100.000 homens em Angola, em Moçambique e na França.

O Partido Democrático, então no poder, movido pelo fato de já existirem combates entre tropas portuguesas e alemãs junto às fronteiras das colônias em África, desde cedo demonstrou interesse em tornar-se parte beligerante do conflito.

Em Setembro de 1914 eram enviadas as primeiras tropas para África onde as esperariam uma série de derrotas perante os alemães, na fronteira do sul de Angola com o Sudoeste Africano Alemão e na fronteira norte de Moçambique com a África Oriental Alemã. Apesar destes combates, a posição oficial do Estado português era claramente ambígua.

Haviam grupos políticos que num esforço de guerra apoiariam a França e a Inglaterra, enquanto que outros simpatizavam com a Alemanha e o Império Austro-húngaro.

Muitas eram as motivações para a participação no conflito: manutenção das colônias de modo a poder reivindicar a sua soberania ao final da guerra; a necessidade de afirmar o prestígio e a influência diplomática do Estado republicano bem como a sua legitimação no seio das potências europeias, majoritariamente monárquicas; a crença de que era imperativo entrar na guerra pelo progresso nacional, ao lado das democracias; o compromisso de aliança com a Inglaterra, tradicional aliada de Portugal; travar a influência alemã nas no sul de Angola e norte de Moçambique e evitar insurreições locais contra o domínio português; defender as colônias de uma possível penetração militar alemã que, de resto, estava a se materializar através de escaramuças fronteiriças desde o início da guerra e a necessidade, por parte do Partido Democrático de Afonso Costa, então no poder, de afirmar o seu poder

político, ao envolver o país num esforço coletivo de guerra, tanto em relação à oposição republicana quanto em relação às influências monárquicas no exílio

Em Fevereiro de 1916, a Inglaterra decidiu pedir ao Estado português o apresamento de todos os navios alemães e austro-húngaros que estavam ancorados na costa portuguesa. Esta atitude justificou a declaração oficial de guerra a Portugal pela Alemanha, a 9 de Março de 1916 (apesar dos combates na África desde 1914).

Em 1917, as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português desembarcaram em Brest na França.

Ao final do conflito, as perdas atingiram quase 10 mil mortos e milhares de feridos, além de custos económicos e sociais gravemente superiores à capacidade nacional. Os objetivos que levaram os responsáveis políticos portugueses a entrar na guerra saíram gorados na sua totalidade.

O Cel Lacerda atualmente é Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Conselho Editorial da Revista do Clube Militar e do Conselho Deliberativo da Casa da FEB.

